

## PRÁTICAS EDUCACIONAIS PARA A PROMOÇÃO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM TEA

### PRÁCTICAS EDUCATIVAS PARA PROMOVER LA INCLUSIÓN DE ESTUDIANTES CON TEA

Nazaré Fagundes de Oliveira\* e Scheilla de Castro Abbud Vieira\*\*

#### RESUMO

O presente artigo trata-se de um estudo de caso com abordagem qualitativa, cujo objetivo geral foi analisar as práticas educacionais para promoção de alunos com Transtorno do Espectro Autista em uma escola de Ensino Fundamental da rede municipal de Alenquer, Pará. Os objetivos específicos foram analisar se o Projeto Político Pedagógico da escola contempla os alunos com TEA; identificar a formação dos profissionais, as estratégias, adaptações e os recursos pedagógicos e sua contribuição para a inclusão do aluno com TEA; verificar dificuldades e possibilidades dos profissionais em desenvolver práticas educacionais inclusivas junto ao aluno com TEA. Metodologicamente foi aplicado questionário com perguntas abertas, via *Google Forms*, devido ao período pandêmico por Covid-19, direcionado ao gestor, ao coordenador pedagógico, a professores regentes do ensino regular e do atendimento educacional especializado, num total de onze profissionais. Os resultados permitiram identificar dificuldades em conhecer sobre o TEA, falta de formação continuada, dificuldades em realizar adaptações curriculares. No que se refere a inclusão em trabalhos e projetos, verificamos que em todas as atividades propostas há participação ativa dos alunos com TEA, nesta instituição favorecendo positivamente a socialização dos mesmos.

**Palavras chaves:** Transtorno do Espectro Autista. Práticas educacionais. Inclusão.

---

\* Professora de Educação Física. Pós-graduanda em Transtorno do Espectro Autista pela UEPA, Belém, Pará, Brasil. Docente Semed – Alenquer, Pará, Brasil. Travessa: Colombiano Marvão, 1065. Bairro: Aningal. Alenquer, Pará, Brasil. CEP: 68200-000. E-mail: [naza.fagundes@gmail.com](mailto:naza.fagundes@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-9170-5382>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5220536242295968>.

\*\* Mestre em Ciências da Educação - UFPA. Docente UEPA, Belém, Pará, Brasil. Rua Mundurucus, 1907/1902, Batista Campos, Belém, PA, Brasil, CEP: 66.033-718. E-mail: [scheillavieira@uepa.br](mailto:scheillavieira@uepa.br)

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-2079-0174>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9284413249021812>.

## RESUMEN

Este artículo es un estudio de caso con enfoque cualitativo, cuyo objetivo general fue analizar las prácticas educativas para promover estudiantes con Trastorno del Espectro Autista en una escuela primaria de la red municipal de Alenquer, Pará. Los objetivos específicos fueron analizar si el Proyecto Político Pedagógico del colegio incluye a estudiantes con TEA; identificar la formación de profesionales, estrategias, adaptaciones y recursos pedagógicos y su contribución a la inclusión de estudiantes con TEA; verificar dificultades y posibilidades de los profesionales en el desarrollo de prácticas educativas inclusivas con estudiantes con TEA. Metodológicamente se aplicó un cuestionario con preguntas abiertas, vía Google Forms, debido al periodo de pandemia por Covid-19, dirigido a el directivo, el coordinador pedagógico, los docentes regentes de la educación regular y del servicio educativo especializado, en un total de once profesionales. Los resultados permitieron identificar dificultades para conocer sobre el TEA, falta de educación continua, dificultades para realizar adaptaciones curriculares. En cuanto a la inclusión en obras y proyectos, encontramos que en todas las actividades propuestas existe una participación activa de los estudiantes con TEA, en esta institución, favoreciendo positivamente su socialización.

**Palabras clave:** Trastorno del espectro autista. Prácticas educativas. Inclusión.

## **1 INTRODUÇÃO**

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um distúrbio do neurodesenvolvimento que tem motivado cada vez mais investigações em diversos âmbitos. É cada vez maior o número de pessoas identificadas com este transtorno, as quais requerem profissionais com competências para sua adequada atenção.

De acordo com o Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC), órgão dos EUA, a incidência é de 1 caso de autismo para cada 44 pessoas em 2021 e segundo a Organização Mundial das Nações Unidas no Brasil (ONU) cerca de 1% da população mundial apresenta o transtorno.

As políticas públicas para esse público apresentam-se mais expressivas através de ações organizadas, buscando atender a legislação relativa à Educação Especial, especialmente à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996 e à Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, na perspectiva de que esses indivíduos recebam atenção às suas necessidades. No entanto, é importante considerar que ações mais efetivas precisam ser implementadas para a real promoção de sua inclusão.

O Censo escolar de 2021 indica que o percentual de matrículas de discentes de 4 a 17 anos da educação especial incluídos em classes regulares vem aumentando gradativamente, evoluindo de 90,8%, em 2017, para 93,5%, em 2021. Na educação especial a matrícula total de educandos autistas é de 294.394 (BRASIL, 2022).

Ao tratar da inclusão do educando com TEA na escola de ensino regular, Oliveira (2020) aponta a necessidade de considerar os profissionais da educação escolar, especialmente o professor enquanto mediador do processo inclusivo e responsável por organizar os primeiros contatos com os demais alunos e com as atividades propostas a toda a turma e, que muitas vezes, ainda não se encontra apto a atuar junto a esse educando.

Compreende-se que o processo educacional no contexto escolar deve ser conduzido por docentes com formação estruturada para desenvolver habilidades e potencialidades dos educandos, com vivências que estimulam práticas de valores, conhecimento, interação e satisfação para além das diversidades, tendo em vista educar para o futuro (CARVALHO, 2014).

Através de ações coordenadas as escolas têm buscado desenvolver um papel importante nos aspectos pessoal, social, físico, emocional e intelectual incorporando a inclusão de pessoas

com TEA no âmbito educacional, temática esta, que vem sendo estudada por pesquisadores do campo acadêmico e da ciência. Embora tenha atenção de especialistas (CUNHA, 2012), há muitos aspectos que ainda precisam ser compreendidos.

A escola regular contribui com inúmeros estímulos para os educandos aprenderem naturalmente, mas em se tratando de educandos com TEA os estímulos além de contínuos, devem ser sucessivos, sendo importante diversificar as práticas pedagógicas para que se identifique a melhor forma de desenvolver o aprendizado. (CUNHA, 2012)

Segundo o Manual de Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais DSM-5 (APA, 2014) os critérios para o diagnóstico do TEA foram divididos em dois grupos: (a) déficits persistentes na comunicação e na interação social verbal e não verbal em múltiplos contextos e, (b) padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Esses são aspectos que se materializam na escola e que demandam práticas educacionais que proporcionem atendimento aos mesmos.

Investigar práticas educacionais, perpassa pela formação de professores e pela compreensão de que o aluno com TEA manifesta características que comprometem tanto as relações afetivas como a comunicação. Bessa e Maciel (2016) enfocam a importância do apoio mediado por equipe multiprofissional a esses educandos para sua comunicação e processo ensino aprendizagem, especialmente com intervenções relacionadas ao aspecto psicomotor.

Nesta perspectiva, algumas inquietações conduziram a entender quais as percepções que profissionais da educação têm sobre o autismo e suas características? Como concebem a inclusão escolar desses educandos? Quais percepções docentes e práticas pedagógicas se materializam nas estratégias de ensino utilizadas junto a educandos com TEA? Nossa proposta foi investigar essas questões em uma das escolas municipais de Alenquer, no Estado do Pará, aqui denominada com o nome fictício de Escola Interagir.

A escolha por esta temática é devida à experiência da pesquisadora como educadora no município, o que motivou buscar compreender se as práticas educacionais da escola municipal Interagir promovem a inclusão e socialização da criança com TEA, favorecendo sua vivência e interação no ambiente escolar. Para alcançar respostas foi definido como objetivo central analisar as práticas educacionais em uma escola da rede municipal do município de Alenquer, no estado do Pará, aqui denominada com o nome fictício Escola Interagir, e como objetivos específicos: analisar se o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola contempla os alunos com TEA; identificar a formação dos profissionais, as estratégias, adaptações e os recursos pedagógicos e sua contribuição para a inclusão do aluno com TEA; verificar dificuldades e

possibilidades dos profissionais em desenvolver práticas educacionais inclusivas junto ao aluno com TEA.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A abordagem utilizada neste estudo é um estudo de caso, que segundo Gil (2008, p. 57-58), “é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado”. Do tipo descritivo, o estudo foi realizado por meio da pesquisa de campo, pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, com abordagem qualitativa.

A adoção da pesquisa documental foi necessária para identificar aspectos que poderiam estar contidos no PPP. Conforme Gil (2008) a pesquisa tem como fonte documentos que ainda não receberam tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

A instituição escolhida para o desenvolvimento da pesquisa é uma escola municipal de ensino fundamental, no Município de Alenquer, no Estado do Pará, localizada na zona urbana, em um bairro de boa vivência comunitária, no qual não há índice elevado de violência. Atende aproximadamente a 207 alunos, do 6º ao 9º ano, nos turnos manhã e tarde; com um total de 6 alunos com TEA.

Importante destacar o não alcance do quantitativo inicial previsto de participantes, que se referia a todos os docentes da escola, em razão da pandemia por COVID-19. Portanto as respostas que foram coletadas referem-se a uma amostra de quantitativo de profissionais atuante na escola de ensino regular onde a pesquisa foi aplicada.

Participaram deste estudo o gestor e o coordenador pedagógico da escola, os professores regentes de sala regular de ensino e do Serviço de Atendimento Educacional Especializado-SAEE, totalizando 11 profissionais, que serão identificados de P1 a P11. A pesquisa foi explicitada em reunião virtual via *meet*, devido ao fato de que na ocasião a escola desenvolvia atividades remotas

Os dados foram obtidos por meio de entrevista com aplicação de questionário com perguntas abertas, via *Google Forms*, devido ao período pandêmico por Covid-19, mediante o aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Foi analisado o PPP da escola, autorizado a partir do Termo de Consentimento de Uso de Dados (TCUD), buscando identificar aspectos que contemplem os educandos com TEA e a formação dos profissionais nesse sentido. A entrevista foi realizada por meio de questionário

com perguntas abertas, seguindo um roteiro de perguntas direcionadas a cada segmento investigado, dividido em três eixos temáticos. O primeiro eixo compreendeu perguntas sobre análise, percepções sobre o TEA e suas características; o segundo eixo enfocou a inclusão escolar dos educandos com TEA; e o terceiro enfatizou a percepção docente e práticas pedagógicas, as quais retratam estratégias de adaptações de ensino utilizadas, dificuldades e recursos pedagógicos para o ensino de alunos TEA.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Para melhor compreensão do estudo, se fez necessário organizar um roteiro com perguntas aproximadas aos eixos temáticos, percepções referentes ao cotidiano escolar, suas vivências e possibilidades de práticas pedagógicas. Com base na análise documental e dos resultados obtidos e na fundamentação teórica, foram organizados em três categorias que teve por finalidade direcionar o estudo em questão, conforme Quadro 01:

Quadro 01 – Perguntas do Questionário de Entrevista

<b>Nº</b>	<b>EIXO TEMÁTICO</b>	<b>PERGUNTA GERADORA</b>
01	ANÁLISE E PERCEPÇÕES SOBRE O TEA	1. Como é a sua vivência com os alunos com TEA na escola? Você sente dificuldades em conviver com os alunos com TEA? 2.
02	INCLUSÃO ESCOLAR	1. Qual a importância da inclusão no ambiente educacional? Você 2. considera importante a inclusão de alunos com Transtorno do espectro autista no ambiente escolar?
03	PERCEPÇÃO DOCENTE E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	1. Como identificar o que precisa ser adaptado para trabalhar com aluno autista em sala de aula? 2. Você sente dificuldades em adaptar os conteúdos para alunos com TEA? 3. Como são desenvolvidas as atividades do Ensino Regular com alunos TEA: currículo, atividades e avaliações? 4. Como são realizadas as orientações de adaptações curriculares aos professores de alunos TEA? 5. Existem regras para fazer adaptações, ou modelo para atividades para alunos autistas

Fonte: Autoras

A partir desta seção iremos discorrer a análise dos dados coletados dialogando com os autores e profissionais que compõem a escola Interagir, com o propósito de salientar as principais falas e percepções dos sujeitos; dessa forma, as informações recolhidas estarão

evidenciando cada eixo da pesquisa, definindo as principais visões de cada eixo temático apontado.

Conforme consulta no projeto político pedagógico – PPP, o quadro funcional de servidores atuantes na escola Interagir, se constitui por professores efetivos com graduações e pós-graduações em áreas afins, sendo que, apenas o profissional atuante no atendimento educacional especializado tem registros de aprimoramento com formação continuada na área da educação especial.

A amplitude que é o transtorno do espectro autista implica em buscar conhecer mais sobre o assunto de forma a melhor conduzir as práticas desenvolvidas pelos profissionais dentro e fora da sala de aula. E esse processo gera novas oportunidades de vivências e socialização dos alunos com TEA.

Ao questionar sobre como é a sua vivência com os alunos com TEA na escola, obtivemos as seguintes respostas:

*P1 – Tenho uma relação muito boa com os alunos com TEA. Sempre procuro fazer com que o mesmo entenda que está sendo bem acolhido no ambiente escolar.*

*P2 - Não tenho contato direto, apenas nos intervalos ou quando faço visitação em salas.*

*P3 – Normal. Alguns dias eles interagem menos, não querem conversar. Mas sempre estão presentes nas atividades.*

*P4 – Considero boa. Tenho aprendido muito com esses seres amáveis que tive a honra de conhecer. Procuro entender suas dificuldades e auxilio no que for preciso, dentro de minhas possibilidades.*

Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais DSM-5 (APA, 2014) o TEA é um transtorno de ordem neurológica que implica no déficit do desenvolvimento das áreas da comunica o (como nas linguagens verbal ou não verbal e na reciprocidade socioemocional), intera o social, comportamento e/ou interesses repetitivos ou restritos, como movimentos contínuos, interesses fixos e hipo ou hipersensibilidade a estímulos sensoriais. Manifestado nos primeiros anos de vida da criança, sem causa específica. Para Cunha (2011):

Aparecendo nos primeiros anos de vida, proveniente de causas genéticas ou por uma síndrome ocorrida durante o período do desenvolvimento da criança, o autismo possui no seu espectro as incertezas que dificultam, na maioria dos casos, um diagnóstico precoce. Ele tem demandado estudos e indaga es, permanecendo ainda desconhecido de grande parte dos educadores. Não há padrão fixo para a forma como ele se manifesta, e os sintomas variam muito. (CUNHA, 2011, p. 19-20).

Quando nos referimos às características do TEA devemos lembrar que há variações de indivíduo para indivíduo, pois o perfil de cada pessoa com TEA costuma ser específico, podendo variar de intensidade e gravidade dependendo do nível de comprometimento.

Segundo Cunha (2017),

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) compreende um conjunto de comportamentos agrupados em uma tríade principal: 1- comprometimentos na comunicação; 2 - dificuldade na interação social; 3- atividades restritas e repetitivas (uma forma de rígida de pensar e estereotípias). Os sintomas variam muito de indivíduo para indivíduo. Em alguns quadros, há o acometimento de convulsões, já que o transtorno pode vir associado a diversos problemas neurológicos e neuroquímicos. (CUNHA, 2017, p. 23).

Identificar o outro com suas características e não negar o processo educativo, implica a necessidade de o profissional buscar alternativas metodológicas para melhor atendê-lo. “[...] um momento particularmente carregado de emoção” (MEIRIEU, 2002, p. 63). Isso significa aceitar o outro como ele é. Com características marcantes no desenvolvimento infantil, a pessoa com TEA pode apresentar comprometimentos. Um dos motivos pelo qual especialistas sugerem o mais cedo possível diagnóstico e mediação de terapias que viabilizem o desdobramento das fases da infância possibilitando melhor desenvolvimento.

No entanto, aceitar o outro como ele é implica trabalhar “com ele” e também considerar a questão ética de não abrir mão do projeto educativo e da natureza e especificidade do trabalho escolar, bem como dos princípios que inspiram a escola, visando desenvolver suas habilidades e potencialidades (MEIRIEU, 2002).

Relacionando o questionamento aos profissionais sobre possíveis impasses que desfavoreça ou sobre as dificuldades em conviver com os alunos com TEA, obtivemos as respostas:

*P4 – Não, sempre procuro conhecer as características do aluno e isso facilita a convivência com o aluno.*

*P5 - Um pouco, as vezes **não sei como agir com eles.***

*P6 – No início sim, tinha muita dificuldade, **não sabia como chegar até eles.***

*P7 – Não, só gostaria de **ter mais conhecimento nesta área para poder auxiliá-los em suas eventuais necessidades.***

Nesse caminhar da infância, um espaço amplo de desenvolvimento e socialização mais fértil é a escola. É na escola que as crianças vivem as primeiras experiências coletivas da vida,

é o ambiente que inicia a socialização e os ensinamentos para desenvolver a cidadania digna. (CARVALHO, 2014).

As escolas vêm buscando inserir um contexto inclusivo em suas dimensões, mas nem sempre é o suficiente. É ainda frequente nos depararmos com realidades retrógradas, atitudes excludentes que ao invés de aproximar, resultam em degradar a visão inerente à inclusão educacional.

A Educação é um direito de todos e garantida por lei, conforme Constituição Federal, disposto nos Artigos 205 e 206:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

As Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, informa que:

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e tem assumido um papel cada vez mais relevante no processo educacional, pois é nesta etapa de ensino que, se desenvolvem as bases educacionais necessárias para a construção do conhecimento e desenvolvimento global da criança, tendo a inclusão como componente indispensável desse processo. (BRASIL, 2008).

Nesse contexto todo cidadão tem direito ao acesso à educação, sendo disponibilizada de forma igualitária. E inseridos nesses parâmetros, cada vez mais familiares de pessoas com deficiência e as próprias, estão buscando seus lugares e dos seus na escola e na sociedade. Pondera-se as pessoas com deficiência de acordo com Lei Brasileira de Inclusão (LBI):

Art. 2º (...) aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015).

Entende-se que, para contribuir com esses educandos, faz-se necessário que a educação inclusiva aconteça de fato. Assim levantamos o questionamento: qual a importância da inclusão no ambiente educacional?

*P8 - A inclusão é importante, porque historicamente, as pessoas com necessidades especiais, eram vistas de forma diferente, e na maioria das vezes nem eram vistas como ser participante daquela sociedade. Hoje é diferente, uma pessoa com necessidades especiais, de qualquer que seja a especificidade. A escola dessa forma, se tornou um local de acolhimento que garante assim sua participação e inclusão de forma igualitária, independente de qual seja a situação.*

*P9 – A importância é acolher, dar possibilidade de todas as crianças e adolescentes terem direito garantido, que é a educação e minimiza desigualdades.*

*P10 – A inclusão no ambiente educacional é uma troca de se dar e receber compreensão e possibilita tanto criança como adolescente terem direito.*

Considerando a Educação Especial como uma modalidade que perpassa por todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, com intuito de promover o desenvolvimento do ensino aprendizagem, socialização e inclusão de pessoas com deficiência, as instituições educacionais devem buscar esse olhar atento às necessidade de cada educando, preparando não só a escola com ferramentas e espaços que promovam a inclusão, mas proporcionando formação continuada a seus profissionais para que as principais barreiras à inclusão possam se romper.

A perspectiva da inclusão implica em mudanças nos currículos, nas formas de avaliação, na formação de gestores e funcionários da escola, na formação dos professores e na implantação de uma política educacional mais democrática, entre outras mudanças. (CAPELLINI, RODRIGUES, 2009, p.357).

Com o compromisso de uma sociedade que além de assegurar os direitos à inclusão e a acessibilidade a todos os aspectos educacionais, a Declaração de Salamanca influencia a elaboração de políticas públicas de educação inclusiva:

Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.5).

No entanto a inclusão escolar de pessoas com TEA ainda se apresenta em construção, pois de fato, os termos, conceitos e conhecimentos sobre os aspectos inerentes a essa condição ainda estão sendo processados por profissionais da área da educação e saúde, no sentido de

compreender e contribuir para que o processo de ensino e aprendizagem realmente transcorra conforme suas necessidades e potencialidades.

Ao questionar os entrevistados se consideram importante a inclusão de alunos com transtorno do espectro autista no ambiente escolar, obtivemos as seguintes respostas:

*P4 – A inclusão dos alunos com TEA no ambiente escolar é um direito assegurado por lei e deve ser garantido em todas as escolas.*

*P5 - É importante essa inclusão para que os alunos autistas desenvolvam suas potencialidades de aprendizagem e interação, a fim de possibilitá-los a uma vivência mais plena, feliz e ativa.*

*P6 – Muito importante a inclusão das crianças autistas, porque não só promove o desenvolvimento, mas também oportuniza lidar e construir laços com pessoas diferentes.*

*P7 – Sim. A convivência com as outras crianças os ajudam a sentir-se bem, melhorando sua vida em todos os aspectos.*

Conforme respondido, verificamos que em sua maioria os profissionais reconhecem a importância de que as crianças com TEA estejam inseridas no contexto educacional, não somente por ser um direito constitucionalmente garantido, mas expandido em suas possibilidades. As respostas estão em conformidade com a Lei nº 12.764/12, que assegura o direito não somente à educação, mas igualmente de oportunidades perante as demais crianças, e que a escola se apresenta como um campo fértil de convivências afetivas e laços importante que facilitarão sua inserção na sociedade, viabilizando a ampliação de seu repertório socioafetivo para melhor desenvolver-se. E ainda ressalta além do acesso à educação e à proteção social, ao trabalho e a serviços que proporcionem a igualdade de oportunidades à pessoa com TEA nos diversos segmentos.

Compreendemos que as crianças são únicas com características e comportamentos diferentes, mas que juntas intermediam o conhecimento umas das outras. Assim, concordamos com Chiote (2013) que afirma:

*A inclusão escolar possibilita à criança com Autismo o encontro com outras crianças, cada uma em sua singularidade, o que muitas vezes não acontece em outros espaços pelos quais circula que frequentemente priorizam um atendimento individual. O espaço escolar possibilita a vivência e as experiências infantis a partir da relação com outras crianças. A escola é o lugar da criança. (CHIOTE, 2013, p. 20).*

Assim, no intuito de contribuir com as manifestações no âmbito educacional, faz-se necessário a pesquisa para identificar as formas de desenvolvimento das atividades para

inclusão da criança TEA dentro da instituição escolar, pois, “é preciso eliminar qualquer tipo de preconceito e discriminação para que as barreiras da inclusão sejam superadas proporcionando a plena efetivação da mesma.” (PRAÇA, 2011, p.70). Um campo de intervenção em movimento ativo e em constante evolução (CARVALHO, 2014), as práticas pedagógicas são apreciações para melhorias de ensino da escola e desenvolvimento ensino-aprendizagem de nossos alunos, em destaque aos alunos com TEA.

Com o crescimento significativo de crianças diagnosticadas com transtornos do espectro autista (CDC/2021), e o delinear de informações e conhecimento dos pais sobre a importância de inserir essas crianças no contexto escolar, vem sendo gradativo o acesso de crianças matriculadas nas escolas regulares, garantindo seus direitos de acesso à educação.

Seguindo os parâmetros da escola inclusiva temos como base a Política Nacional na Perspectiva da Educação inclusiva (BRASIL,2008); a Política Nacional de proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e ainda a Nota Técnica nº 24 emitida pelo Ministério de Educação. Todas essas diretrizes norteiam e designam incentivos à formação continuada no sentido de efetivar um contexto de amplitude ao profissional em suas práticas pedagógicas.

Embora com a disponibilização do avanço tecnológico dos dias atuais, ainda há no âmbito educacional teorias de formação inicial deficitária no que se refere à educação de crianças TEA, o que reduz as perspectivas de efetivação da política educacional de inclusão, dificultando as adequações no currículo escolar para suprir as necessidades específicas do educando.

Diante dessa realidade questionamos sobre como identificar o que precisa ser adaptado para trabalhar com o aluno autista em sala de aula, e as respostas recolhidas foram:

*P11 – Muitos conteúdos do currículo escolar são tão abstratos que dificultam a compreensão do aluno com TEA, assim, necessitam ser adaptados. É necessário trabalhar com o concreto e com atividades mais lúdicas e práticas para que atraiam a atenção do aluno. É necessário identificar as potencialidades e dificuldades de cada aluno para saber o que deve ou não ser adaptado. Cada aluno tem sua particularidade.*

*P1 – Devemos identificar o aluno autista, pois ele é diverso, cada um apresenta uma característica forte diferente das outras crianças.*

*P2 - Promovendo atividades do interesse da criança, atividades com recursos visuais.*

*P3 – A partir do diálogo com as professoras do SAEE sabemos de que forma é preciso adaptar. Hoje em tempos de pandemia, tem sido um pouco mais complexo, pois não temos o contato direto com os alunos.*

*P4 – Adaptar para nossos alunos com necessidades especiais é muito bom, porém o que se torna uma problemática muitas vezes é: **falta de tempo e a falta de materiais específicos** que nos auxiliem no momento das adaptações.*

E ao demandar a respeito das dificuldades em adaptar os conteúdos para os alunos com TEA, os resultados foram:

*P4 – **Temos muitas dificuldades**, pois não passamos por nenhuma **formação de adaptação de materiais**, e muitos de nossos alunos não foram alfabetizados e nesse caso precisamos facilitar bastante o conhecimento e usar bastante ilustração.*

*P6 – Sim, **sinto dificuldade de adaptar**, porque o material didático precisa ser atraente e adequado para os níveis da criança com TEA.*

*P7 – As principais **dificuldades são as adaptações** relacionadas às temáticas mais abstratas, que requerem a aquisição de inúmeros conceitos para sua ampla compreensão assim como o trabalho com regras tão repletas de exceções como é a língua portuguesa.*

*P8 – Sim, **tenho dificuldades em adaptar atividades**, mas procuro propor atividades que estimulem o pensamento lógico do aluno.*

Constitui um desafio formar professores para a inclusão, estando esses inseridos em uma realidade precária e desmotivacional nos sistemas educacionais. Como afirma Carvalho (2014):

Se as condições materiais em que trabalham não são das mais convidativas, some-se isso os baixos salários, insuficientes para atender as necessidades básicas, o que os obriga, muitas vezes, a se dedicarem a atividades muito distantes das práticas educativas. (CARVALHO, 2014, p. 54).

Contudo, importante ressaltar que há aqueles que tem feito a diferença, que mesmo diante de vários entraves não desanimam e insistem em tornar a sala de aula um espaço de saberes e descobertas que contribuem para o desenvolvimento humano e social dos indivíduos. Dessa forma vemos este profissional da educação sendo o principal agente de mudança, buscando constantemente ações potencializadoras, inovando suas práticas com intuito de aprimorar e ampliar os conhecimentos de seus educandos e proporcionando-os sucesso em sua vida escolar superando barreiras e limites.

Analisando as teorias de formação, Carvalho (2002) nos diz que estamos vivendo uma transição, e que segundo a autora, está se faz para um novo paradigma e apresenta uma perspectiva de formação de um professor reflexivo e crítico, disposto a ampliar suas possibilidades de compreender o mundo e a si mesmo, como sujeito e profissional.

Nessa perspectiva aponta-se a necessidade do conhecimento intrínseco de cada educando com TEA, suas potencialidades e dificuldades, para, dessa forma, realizar uma

reestruturação do currículo flexionando-o conforme a individualidade de cada um, e assim, através de um planejamento pedagógico com recursos adequados, mediar o conhecimento e aplicabilidade das avaliações necessárias ao ensino em que todos sejam contemplados, considerando que cada aluno TEA assume sua singularidade inerente de sua personalidade.

Um outro questionamento levantado na pesquisa relacionado ao desenvolvimento das atividades de ensino regular (ER): Como são desenvolvidas as atividades do ER com alunos TEA: currículo, atividades e avaliações? As repostas foram bem relativas, conforme o entrevistado:

*P6 – É importante salientar, primeiramente, minha dificuldade, por falta de estudo e preparo no trato com alunos TEA. Nunca fiz qualquer curso preparatório para desenvolver com segurança e eficácia essa função.*

*P7 – Primeiramente criar uma relação de confiança com o estudante, fazendo uso de uma linguagem bem objetiva e apostar na comunicação visual. Além disso, evito atividades, muito longas.*

*P8 – Todas as nossas atividades são adaptadas de acordo com a especificidade de cada aluno, seguindo sempre as orientações das professoras do SAEE, que são preparadas e fundamentadas para nos auxiliar no momento das adaptações.*

*P9 – A escola não oferece apenas acesso aos conteúdos, nós desenvolvemos em busca pela diversidade de conhecimentos que as disciplinas oferecem.*

*P10 – Atividades adaptadas e ilustradas, utilizando o lúdico de acordo com o seu nível, jogos pedagógicos de montar, quebra cabeça, memória e fazendo uso das tecnologias assistivas e comunicação alternativas.*

Nos relatos representados, cruzam-se exposição de “noções” sobre o espectro autista e dificuldades expressivas em questão ao mesmo. As exposições obtidas nos remetem a compreender que a formação inicial dos profissionais da escola Interagir não forneceu subsídios específicos às necessidades dos alunos com TEA, fazendo com que diversos obstáculos se apontem no fazer educacional.

No entanto, mesmo identificando a realidade em que a escola Interagir está inserida, com pouco acesso a formações continuadas dos profissionais, os inúmeros desafios de um professor em sala de aula relacionado à grande diversidade do município, particularmente pós pandemia é alarmante. Dessa forma consideramos que a necessidade em adequar, dispor e reorganizar adaptações curriculares torna-se uma tarefa repleta de complexidades. Mas necessária, que se faz imprescindível para o alcance do conhecimento e aprendizagem do aluno.

Carvalho (2014) nos faz refletir sobre um planejamento flexível, possibilitando qualidade e igualdade de oportunidade de aprendizado a todos, com estratégias que se

sobreponham às dificuldades e permitam potencializar as diferenças dos alunos, estimulando-lhes novas representações, aprendendo a aprender, construindo conhecimento, ou seja, com respostas educativas de descobertas fundamentais para o ensino e aprendizagem. Segundo Manjón, citado por Carvalho (2014):

Quando se fala de adaptações curriculares se está falando, sobre tudo e em primeiro lugar, de uma estratégia de planejamento e atuação dos docentes e, nesse sentido, de um processo para tratar de responder as necessidades de aprendizagem de cada aluno(...) fundamentado em uma série de critérios para guiar a tomada de decisões a respeito do que o aluno e a aluna devem responder, como e quando, e qual é a melhor forma de organizar o ensino de modo que todos saiam beneficiados. (MANJÓN 1995, p.81, Apud CARVALHO 2014, p.103).

Ao levantar o questionamento sobre como são realizadas as orientações de adaptações curriculares aos professores de alunos TEA, os resultados foram:

*P7 – Não há formação específica, só acontece uma breve palestra realizada na semana pedagógica pelos profissionais do SAEE.*

*P8 – As orientações nos são dadas conforme a nossa necessidade, se estamos com dúvidas procuramos as professoras do SAEE para nos orientar. E o trabalho se desenvolve.*

*P9 – Por meio de reuniões pedagógicas, sempre tiramos dúvidas e recebemos as respostas às nossas dúvidas.*

*P10 – Temos pouco tempo, nas reuniões conversamos um pouco sobre as adaptações, e também quando estou em monitoramento dos alunos na sala regular e também no grupo de WhatsApp.*

*P11 – Uma avaliação diagnóstica e uma observação atenciosa são capazes de nortear o trabalho do professor a respeito das adaptações, embora saibamos que cada vivência e cada experiência são sempre aprendizagens novas.*

Apontamos a importância de um trabalho colaborativo entre os professores do ensino regular e o professor do atendimento educacional especializado, como uma ponte de acesso e esclarecimento diante dos entraves dos saberes aos alunos com TEA. Sobre ensino colaborativo:

O ensino colaborativo é uma estratégia didática inclusiva em que o professor da classe comum e o professor, ou especialista planejam de forma colaborativa, procedimentos de ensino para ajudar no atendimento a estudantes com deficiência, em classes comuns, mediante um ajuste por parte dos professores. Nesse modelo, dois ou mais professores possuindo habilidades de trabalho distintas, juntam-se de forma coativa e coordenada, ou seja, em um trabalho sistematizado, com funções previamente definidas para ensinar grupos heterogêneos, tanto em questões acadêmicas quanto em questões comportamentais em cenários inclusivos. Ambos compartilham a

responsabilidade de planejar e de implementar o ensino e a disciplina da sala de aula. (CAPELLINI, 2004, p. 8).

Alguns critérios para construção de um trabalho colaborativo apontado por Capelline e Zerbato (2019):

1. Tempo para planejamento comum, momento de discutir e partilhar ideias;
2. Flexibilidade, ser flexível na forma de ensinar e organizar a sala;
3. Arriscar-se diante dos desafios que se apresentam fazendo acomodações para melhorar o ensino, é o aspecto mais importante;
4. Definir papéis e responsabilidades, ter clareza dos papéis e responsabilizar-se pelos avanços acadêmicos;
5. Compatibilidade, dada as especificidades de cada professor com estilos próprios para ensinar, há que se organizar diferentes possibilidades através de diálogos assertivos;
6. Habilidades de comunicação, o trabalho em conjunto exige comunicação constante;
7. Suporte da gestão escolar, para implantação do ensino colaborativo é necessário a mediação da equipe gestora;
8. Formação dos profissionais, primordial para atender o público PAEE. (CAPELLINI E ZERBATO, 2004, p. 34).

Não iremos neste estudo nos aprofundar sobre essa prática, que deve estar atenta aos seus processos, mas, que façamos conhecer seu conceito e possibilidades de ampliar as possibilidades de minimizar as dificuldades presentes em sala de aula.

Em síntese, há que examinar todas as variáveis do processo educativo escolar, envolvendo as pessoas da escola (educadores, gestores, alunos, apoio administrativo); o ambiente físico (em termos de acessibilidade); os recursos financeiros e materiais (origens, quantidades, periodicidade de recebimento, manutenção de equipamentos e instalações), os graus de participação da família e da comunidade (parcerias), a filosofia de educação adotada (se tradicional ou não), o projeto Político-pedagógico construído pela comunidade escolar (natureza do documento, autores, destinação), a prática pedagógica (se mais centrada no ensino ou na aprendizagem), os procedimentos de avaliação (formativa, somativa, formal, informal), dentre outros aspectos (CARVALHO, 2009, p. 63, Apud FERRAZ, 2012).

A escola inclusiva deve estar preparada para receber e adaptar não somente sua estrutura física ou currículo para o aluno matriculado, mas também com foco em analisar e criar contextos educacionais visando o aluno como parte integrante do processo ensino e aprendizagem disponibilizado no ambiente educacional (CARVALHO, 2014)

Ao questionar se existem regras para fazer adaptações, ou modelo para atividades para alunos autistas, os resultados obtidos foram:

*P1 – As regras são tornar os conteúdos mais acessíveis aos alunos com TEA, sem que eles tenham perdas a respeito dos assuntos trabalhados, o que é inevitável.*

*P2 – Não existe um modelo, vai depender muito do professor e das limitações do aluno.*

*P3 – Eu penso, conforme orientação das nossas colegas professoras do SAEE, as regras vão de acordo com a necessidade, pois mesmo que haja um transtorno por exemplo TEA, é necessário averiguar se o aluno apresenta quadro leve ou severo. Então as regras variam de acordo com cada aluno*

*P4 – Acredito que sim, são princípios, operacionalização, teoria– prática, planejamento e ação, sendo que essas noções de planejamento e concepção curricular estão intimamente ligadas à viabilização a serem concretizadas.*

*P5 – Acredito que exista passos: 1º conversar com os pais; 2º evitar atividades que gerem barulhos; 3º trazer atividades de maior repetição.*

Os profissionais entrevistados relatam sobre a necessidade de fazer as adaptações para que o conhecimento esteja acessível; demonstram preocupação em conhecer o aluno e suas adversidades. No entanto observa-se que o agente principal para que a inclusão aconteça nesse processo educacional são os profissionais atuantes, pois a necessidade em tornar o ambiente escolar acolhedor às demandas dos alunos com TEA se faz fundamental.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O propósito dessa pesquisa foi analisar as diferentes manifestações de práticas pedagógicas de inclusão socialização e vivências no ambiente escolar, suas contribuições à inclusão de alunos com TEA, com intuito de refletir sobre quais são indicadores e elementos que precisam ser revistos nas práticas educacionais e, ao mesmo tempo, identificar a compreensão dessas práticas com possibilidades para melhor atendê-los, considerando que suas particularidades são indissociáveis.

Alguns desafios ocorreram durante a pesquisa, no que se refere à condição de pandemia em que o município enfrentou; o não alcance quantitativo do número de profissionais docentes atuantes; a demora do retorno aos questionamentos levantados aos profissionais, contudo, consideramos que os objetivos foram integralmente alcançados.

O TEA é um transtorno do neurodesenvolvimento que afeta em diferentes graus a capacidade de comunicação e interação social, o que pode interferir na aquisição de competências educacionais e no processo de ensino e aprendizagem. Apesar desses comprometimentos, todas as pessoas apresentam condições de aprendizagem e consideramos que os espaços educacionais precisam organizar suas práticas, com objetivo de garantir o direito de uma educação significativa, que favoreça ao educando com TEA na escola regular, não

apenas a superação de barreiras da comunicação e aprendizagem, mas sobretudo sua inclusão educacional.

É possível sugerir que as dificuldades relacionadas à inclusão ocorrem pelo fato de as escolas ainda promoverem práticas de caráter homogêneo e com pouca relevância educacional, que contemplam somente a determinados alunos, desconsiderando que o ambiente escolar é um espaço complexo, com diferentes manifestações de capacidades e potencialidades.

A questão da formação dos docentes e da gestão a respeito do TEA e procedimentos inclusivos é também uma das possíveis dificuldades, considerando que é frequente que esses profissionais enfrentem dificuldades para criar e aplicar estratégias de ensino, atividades que valorizem e contemplem os seus saberes e suas capacidades e, também, que proporcionem acessibilidade e flexibilidade de modo a favorecer aprendizagens significativas. A partir dessas considerações, julgamos pertinente dar continuidade às investigações sobre como se dá o processo de inclusão, interação e socialização dos alunos com TEA na perspectiva de cooperação e vivências na comunidade escolar, e aprimoramento sobre o tema da educação especial, o transtorno do espectro autista, com evidência nas falas dos sujeitos envolvidos.

É possível analisar que a formação inicial dos profissionais da escola, deixou lacunas a respeito, dessa forma, identificamos a necessidade de maiores investimentos na formação continuada dos profissionais da escola Interagir, para um despertar; um novo olhar à diversidade e aprendizagem dos alunos com TEA na perspectiva da educação inclusiva.

Outro aspecto importante que podemos citar entre os achados é a necessidade de que a escola em sua gestão, busque alternativas para favorecer a reorganização e ampliação dos vínculos ao trabalho colaborativo dos profissionais do atendimento especializado e professores do ensino regular, no sentido de favorecer aos professores possibilidades diversificadas, criativas e estimulantes para promover a aprendizagem de todos os alunos, independentemente das particularidades que apresentem. O trabalho colaborativo pode favorecer a criação de estratégias e práticas pedagógicas facilitadoras do processo de inclusão com projetos temáticos e intervenções socioafetivas, desenvolvendo assim metodologias inclusivas nas atividades curriculares.

As necessidades de aprendizado serão sempre específicas e ao mesmo tempo diversas, devido a complexibilidade dos alunos, por isso, deverão sempre ser consideradas únicas e especiais. O entendimento dos profissionais sobre esse contexto possibilitará a compreensão do aluno com TEA facilitando a aprendizagem e desenvolvendo suas potencialidades.

Portanto reiteramos a necessidade de ampliarmos a discussão acerca do tema, com instruções e esclarecimentos sobre o Transtorno do Espectro Autista para acrescentar às práticas pedagógicas do cotidiano contribuindo com o avanço socioeducativo do aluno com TEA, e potencializando assim as diversas condutas de intervenção que são propostas contemporaneamente.

Não buscamos definir através destes achados, uma única estratégia para aproximar o aluno com TEA do conhecimento que é ofertado no ambiente escolar, mas sinalizar aos profissionais a necessidade fundamental de articulações funcionais que favoreçam a educação dos mesmos em um processo acessível e em conjunto, desenvolvendo ações com toda a comunidade escolar, observando a realidade em que a escola está inserida, reconstruindo olhares e repensando o exercício novas possibilidades de inclusão, socialização e acesso à educação.

## REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). DSM 5: **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. 5ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BESSA, L.A.S.; MACIEL, R.M. A Importância da Psicomotricidade no Desenvolvimento das Crianças nos Anos Iniciais. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 01, Ed. 01, Vol. 12, pp. 59-78, dezembro de 2016.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2021**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2022.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510**, de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 de Maio. 2016. Seção 1. p. 44-46

\_\_\_\_\_. **Constituição da república federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 5 de out. 1988. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) > Acesso em: 02 Set. 2021.

\_\_\_\_\_. **Lei 13.146**, de 2015. Dispõe sobre Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, 6 de jul. 2015. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm) > Acesso em: 21 Set. 2021.

\_\_\_\_\_. **Declaração de Salamanca**. Espanha, 10 Jun. 1994. Disponível em: < [portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf) > Acesso em: 8 set. 2021.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, Brasília: Imprensa Oficial, 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm). Acesso em 23 ago.

\_\_\_\_\_. Nota técnica nº 24. Orientação aos Sistemas de Ensino para a implementação da Lei nº 12.764/2012 MEC / SECADI / DPEE, 2013.

\_\_\_\_\_. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Autismo: tecnologias e formação de professores de escola pública \* 43 Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Em tese:** revista eletrônica dos pósgraduandos em sociologia política, vol. 2, n.1(3). Santa Catarina, jan-jul, 2005, p.68-80. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976> > Acesso em: 13 Out 2021.

CAPELLINI, V.L.M.F.; RODRIGUES, O.M.P.R. **Concepções de professores acerca dos fatores que dificultam o processo da Educação Inclusiva**, Porto Alegre, v. 32, n. 3.

\_\_\_\_\_, V. L. M. F. **Avaliação das possibilidades de ensino colaborativo no processo de inclusão escolar do aluno com deficiência mental**. 2004. Tese (Doutorado em Educação Especial) Universidade Federal de São Carlos. 2004.

\_\_\_\_\_, V. L. M. F.; ZERBATO, A. P. **O que é o ensino colaborativo**. 1º ed. –São Paulo: Edicon, 2019.

CARVALHO, J. M. (Org.). **Diferentes perspectivas da profissão docente na atualidade**. Vitória: Edufes, 2002.

CARVALHO, R.E. **Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. 6ª Ed. Porto Alegre: Mediação, 2014. 152p.

CUNHA, E. **Autismo e Inclusão: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2017.

\_\_\_\_\_. **Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar – ideias e práticas pedagógicas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2013.

\_\_\_\_\_. **Autismo e Inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. 3 ed. Rio de Janeiro: Wak Ed, 2012.

CHIOTE, F.A.B. **Inclusão da criança com autismo na educação infantil: trabalhando a mediação pedagógica**. Rio de Janeiro: Wak Ed, 2013.

FERRAZ, G. M. **Caminho para a construção de um ensino-aprendizagem colaborativo**. São Paulo: SE, 2012. p. 101-114.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. Antônio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GOODE, W.J & HATT, P.K. **Métodos em pesquisa social**. São Paulo, Nacional, 1969.

GOMES, R.C.; NUNES, D. R. P. **Interações comunicativas entre uma professora e um aluno com autismo na escola comum: uma proposta de intervenção.** Educação e Pesquisa, 2014.

MANJON, D.G. **Adaptaciones curriculares: guia para su elaboración.** Málaga:ljibe,1995.

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC, 2008. Disponível em: Acesso em: 27 Ago. 2021.

MENEZES, A. R. S. de. **Inclusão escolar de alunos com autismo: quem ensina e quem aprende?** 160f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

MEIRIEU, P. **A pedagogia entre o dizer e o fazer: a coragem de começar.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

MINAYO, M. C.S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MIOTO, R.C.T. & LIMA, T.C.S. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica.** In: Revista Katál, Florianópolis, v. 10 n. esp. p. 37-45, 2007.

NUNES, D. R. P.; AZEVEDO, M. Q. O.; SCHMIDT, C. **Inclusão educacional de pessoas com Autismo no Brasil: uma revisão da literatura.** Revista Educação Especial. v. 26, n. 47, p. 557-572. set./dez. 2013, Santa Maria. Disponível em: Acesso em: 27 Ago. 2021.

OLIVEIRA, F. L. Autismo e inclusão escolar: os desafios da inclusão do aluno autista. **Revista Educação Pública.** V. 20, n. 34, 08/09/2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br>. Acesso em: 27 ago. 2021.

TEIXEIRA, E. **As três metodologias: academia, da ciência e da pesquisa.** 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

VIEIRA, S. C. A. A contribuição da tecnologia assistiva para inclusão de alunos com transtorno do espectro autista em ambiente escolar. In: Anais do 7º **Congresso Brasileiro de Educação Especial**, 2016. Campinas, Goloá 2016. Disponível em <https://proceedings.science/cbee7/trabalhos/a-contribuicao-da-tecnologia-assistiva-para-inclusao-de-alunos-com-transtorno-do-espectorno-autista?lang=pt-br> . Acesso em 28/05/2021.

VITALIANO, C. R.; MANZINI, E. J. **A formação inicial de professores para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.** In: VITALIANO, C. R. (Org.). Formação de professores para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. Londrina: 2010.

## APÊNDICE 1 – INFORMAÇÕES SOBRE O MANUSCRITO

### AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

### FINANCIAMENTO

Não se aplica.

### CONFLITOS DE INTERESSE

O autor declara não haver nenhum conflito de interesse de ordem pessoal, comercial, acadêmica, política e financeira referente a este manuscrito.

### DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA

Não se aplica.

### CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

### DIREITOS AUTORAIS

Os direitos autorais são mantidos pelos autores, os quais concedem à Revista Comunicação Universitária - os direitos exclusivos de primeira publicação. Os autores não serão remunerados pela publicação de trabalhos neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicado neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico. Os editores da Revista têm o direito de realizar ajustes textuais e de adequação às normas da publicação.

### OPEN ACCESS

Este manuscrito é de acesso aberto ([Open Access](#)) e sem cobrança de taxas de submissão ou processamento de artigos dos autores (*Article Processing Charges – APCs*). O acesso aberto é um amplo movimento internacional que busca conceder acesso online gratuito e aberto a informações acadêmicas, como publicações e dados. Uma publicação é definida como 'acesso aberto' quando não existem barreiras financeiras, legais ou técnicas para acessá-la - ou seja, quando qualquer pessoa pode ler, baixar, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou usá-la na educação ou de qualquer outra forma dentro dos acordos legais.



### LICENÇA DE USO

Licenciado sob a Licença Creative Commons [Attribution-NonCommercial 4.0 International \(CC BY-NC 4.0\)](#). Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o manuscrito em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico.



### VERIFICAÇÃO DE SIMILARIDADE

Este manuscrito foi submetido a uma verificação de similaridade utilizando o *software* de detecção de texto [iThenticate](#) da Turnitin, através do serviço [Similarity Check](#) da [Crossref](#).



### PUBLISHER

Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE). Publicação no Portal de Periódicos da Universidade do Estado do Pará. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da referida universidade.



### HISTÓRICO

Submetido: 15 de outubro de 2024.

Aprovado: 28 de novembro de 2024.

Publicado: 29 de novembro de 2024.